

Prazo de avaliação dos periódicos brasileiros de ciências contábeis de 2000 a 2022

Review time of Brazilian accounting journals from 2000 to 2022

Ana Clara Ghesti Dias*¹ – acghesti@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9377-669X>

Eduardo Bona Safe de Matos*¹ – eduardobona@unb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9548-7664>

Vitor Hideo Nasu*² – vitor.nasu@uenp.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5176-6634>

1 – Universidade de Brasília (UnB)

2 - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procopio

Resumo

O tempo de avaliação representa uma métrica tangível e relevante acerca da eficiência do processo de revisão de pesquisas científicas (Mrowinski *et al.*, 2016). Nesta pesquisa, objetiva-se, portanto, identificar os prazos de avaliação dos artigos científicos publicados nos periódicos nacionais da área de Ciências Contábeis de 2000 a 2022. A amostra foi composta pelas revistas listadas no sítio da ANPCONT (n=36). Os artigos de cada periódico foram coletados e estruturados em um banco de dados que contemplou todo o período e totalizou 13.812 artigos, sendo 10.769 observações válidas e analisadas, contemplando análises descritivas e não-paramétricas. Consoante aos prazos considerados como boas práticas, a maior parte dos artigos levou de 61 a 90 dias (n=941) para ser avaliada e outra parcela relevante da amostra demorou de 91 a 120 dias (n=938). Houve variação no prazo de avaliação ao longo dos anos e diferença significativa dos prazos medianos em virtude do Qualis da revista. Apesar disso, nos anos recentes parece haver um movimento de diminuição do prazo médio de avaliação, mesmo com o aumento de artigos publicados. Observam-se contribuições aos autores e ao processo de desenvolvimento científico da área. Autores podem otimizar suas decisões sobre a seleção de periódico; editores podem adotar práticas mais eficientes para o desenvolvimento científico; a área pode se beneficiar de pesquisas com um processo científico mais completo, neutro e célere.

Palavras-chave: Prazo de avaliação. Periódico acadêmico. Contabilidade. Avaliação por pares. Fluxo editorial.

Abstract

The review time represents a tangible and relevant metric regarding the efficiency of the scientific research review process (Mrowinski *et al.*, 2016). In this research, the objective, therefore, is to identify the timeframes for reviewing scientific articles published in Brazilian journals in the Accounting area from 2000 to 2022. The sample was made up of the journals listed on the ANPCONT website (n=36). The articles from each journal were collected and structured in a database that covered the entire period and totaled 13,812 articles, 10,769 of which were valid and analyzed observations, including descriptive and non-parametric analyses. According to the review timeframes considered as good practices, most articles took 61 to 90 days (n=941) to be evaluated and another relevant portion of the sample took 91 to 120 days (n=938). There was variation in the evaluation period over the years and a significant difference in the median deadlines due to the journal's Qualis. Despite this, in recent years there seems to be a movement towards a reduction in the average evaluation period, even with the increase in published articles. Contributions to the authors and the process of scientific development in the area are observed. Authors can optimize their journal selection decisions; editors can adopt more efficient practices for scientific development; the area can benefit from research with a more complete, neutral and faster scientific process.

Keywords: Review timeframe, Academic journal, Accounting, Peer review, Editorial workflow.

Submissão: 30/09/2024 | **Aceite:** 05/08/2025

Editor responsável aprovação: Dra. Luciana Klein

Editor responsável edição: Dra. Luciana Klein

DOI: <http://doi.org/10.5380/rcc.17.97131>

1 Introdução

O processo de avaliação de trabalhos acadêmicos para publicação em periódicos científicos deve ser gerenciado com cuidado e dedicação por parte da equipe editorial, especialmente por ser considerado como um dos pontos mais frágeis da produção de conhecimento (Huisman & Smits, 2017). Dentre as principais fragilidades da avaliação, está a demora para avaliação dos manuscritos (Azar, 2005; Huisman & Smits, 2017; Maggio *et al.*, 2020; Shopovski *et al.*, 2021; Waltman *et al.*, 2023; Ware & Mabe, 2015).

Embora os revisores utilizem um tempo estimado de cinco horas por avaliação (Ware & Mabe, 2015), o prazo médio do comunicado de decisão dos editores aos autores varia nos mais diversos cenários, que pode ser de três meses (Ware & Mabe, 2015) até anos (Ellinger *et al.*, 2023). Os mesmos autores que alegam ter manuscritos avaliados em anos afirmam que, quando são avaliadores, demoram apenas meses (Ellinger *et al.*, 2023). A diferença entre prazos pode ser vista como um tempo de ociosidade da pesquisa (Azar, 2005; Huisman & Smits, 2017).

Múltiplos fatores podem afetar os prazos de avaliação, tais como o número de revisores, a área de conhecimento, a temática e os fatores socioeconômicos (Huisman & Smits, 2017; Moizer, 2009; Mrowinski *et al.*, 2016; Zhang *et al.*, 2022, Zhang *et al.*, 2023). Além disso, é preciso escolher os avaliadores com cuidado e atenção (Cengher & LeBlanc, 2024a, 2024b; Moizer, 2009), levando-se em conta, por exemplo, o seu histórico de avaliação, a sua expertise sobre o tema do manuscrito submetido e a sua capacidade de tecer comentários construtivos e respeitosos.

O tempo de avaliação é uma das métricas mais diretas e tangíveis da eficiência do processo de revisão (Mrowinski *et al.*, 2016). A demora do processo apresenta implicações, em particular porque a publicação científica é um dos critérios de pontuação para progressão na carreira acadêmica (Bilalli *et al.*, 2021; Maggio *et al.*, 2020). Ramassa *et al.* (2024) reforçam tal ponto ao apresentarem evidências de que a oportunidade de publicar trabalhos em um prazo menor está entre os principais fatores que influenciam a escolha do tema por pesquisadores contábeis.

A escolha do tema baseada na oportunidade de publicação em prazos mais curtos é arriscada ao se considerar o objetivo de gerar novos e efetivos conhecimentos. Por um lado, há aumento do número de publicações, mas, por outro, a relevância das pesquisas pode ser diminuída em nome de uma maior rapidez da publicação (Humphrey & Gendron, 2015), resultando em um hiato entre pesquisa e prática contábil (Ramassa *et al.*, 2024).

É difícil estabelecer um prazo ideal para o processo de avaliação, uma vez que isso pode depender da área de conhecimento (Huisman & Smits, 2017; Zhang *et al.*, 2022), além de fatores socioeconômicos, temas de investigação e número disponível de avaliadores (Moizer, 2009; Mrowinski *et al.*, 2016; Zhang *et al.*, 2023). Porém, Ware e Mabe (2015) notam que autores que receberam a primeira decisão em até 30 dias consideraram tal prazo satisfatório, com redução da satisfação quando o prazo foi superior a 90 dias. Ainda, menos de 10% se mostraram satisfeitos com estes prazos superando seis meses (Ware & Mabe, 2015).

A redução dos prazos de avaliação parece ser desejável pelas grandes editoras acadêmicas (Shopovski *et al.*, 2021). A Springer Nature se comprometia com avaliação e publicação editorial rápida, mas que ainda poderia demorar de três a seis meses da submissão à publicação. A Elsevier tenta diminuir o prazo de avaliação constantemente e a PLOS One, em 2019/2020, demorava 45 dias da submissão à primeira decisão (Shopovski *et al.*, 2021).

No Brasil, o sistema de avaliação de periódicos científicos – gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – classifica tais periódicos em estratos com base em um conjunto de critérios. Deste modo, o modelo avaliativo exerce influência sobre a forma como o processo de publicação de artigos científicos é conduzido. Intuitivamente, pode-se pensar que quanto maior é o extrato, menor é o prazo de avaliação, uma vez que prazos menores tendem a sugerir maior eficiência (Mrowinski *et al.*, 2016). Contudo, é preciso lembrar que periódicos mais bem qualificados também são aqueles que recebem

um maior número de submissões e que, conseqüentemente, demandam mais recursos. Por este motivo, nem sempre a alta qualificação do periódico está associada a menores prazos de revisão.

Na área de Ciências Contábeis no Brasil, embora tenha sido possível detectar pesquisas sobre o tema (Coelho, Hammes Junior, Santos, & Flach, 2018; Coelho, Hammes Junior, Santos, Petri, *et al.*, 2018b; Dias *et al.*, 2011; Espejo *et al.*, 2013; Montenegro *et al.*, 2024), a quantidade está aquém da importância. A investigação dos prazos de avaliação é pertinente para monitorar a flutuação dos prazos ao longo do tempo e que medidas os periódicos adotam para otimizá-los. A presente pesquisa se distingue da literatura prévia ao revisar um maior número (i) de periódicos, (ii) de artigos, (iii) de períodos (anos) e (iv) de categorias de qualidade dos periódicos (Qualis). Tais distinções ajudam a preencher a lacuna do desconhecimento dos prazos de avaliação de periódicos nacionais a partir de um cenário mais abrangente, aprimorando a literatura anterior nestes quatro critérios. Logo, *o objetivo deste estudo é identificar os prazos de avaliação dos artigos científicos publicados nos periódicos nacionais da área de Ciências Contábeis de 2000 a 2022.*

O presente trabalho possui três tipos de contribuições (teórica, prática e social). Como contribuição teórica, indica-se que esta pesquisa expande a visão encontrada na literatura prévia ao considerar um maior número de periódicos, de artigos, de anos e de estratos Qualis. Portanto, existe um avanço destes quatro aspectos da literatura. Além disso, as discussões acerca do uso da inteligência artificial (IA) representam atualizações de como o fluxo editorial e, especificamente a revisão de artigos, está sendo afetado pelas novas tecnologias. Ainda, esta pesquisa contribui com reflexões teóricas sobre as perspectivas futuras em relação ao Qualis e à qualificação dos artigos no ciclo 2025-2028 a partir dos questionamentos levantados na subseção 2.2. A nova sistemática de qualificação da produção científica avança em algumas frentes, mas também não está isenta de críticas e incertezas, porém traz uma relevância para a contemporaneidade e relevância das discussões, que podem ser impactadas pelo prazo de avaliação das revistas.

Como contribuições práticas, enfatiza-se que a pesquisa fornece evidências para tomadas de decisão por três principais stakeholders: (i) pesquisadores e autores, (ii) editores e equipe editorial e (iii) reguladores e políticos educacionais e de pesquisa. Quanto aos pesquisadores e autores de trabalhos, as evidências da presente pesquisa permitem que decisões mais bem informadas sobre a seleção do periódico para publicarem seus trabalhos sejam tomadas. Isto é especialmente importante para aqueles em estágio inicial da carreira (Maggio *et al.*, 2020), já que tipicamente não recebem financiamento de modo permanente (Bilalli *et al.*, 2021). Pesquisadores mais experientes também podem se beneficiar da presente pesquisa uma vez que necessitam de informações sobre prazos de publicação a fim de, por exemplo, atenderem aos requisitos de publicação dos programas de pós-graduação (PPGs) e de bolsa produtividade. Ademais, Burton *et al.* (2024) analisaram a percepção de acadêmicos da área de Contabilidade com relação aos processos de avaliação/publicação de artigos e concluíram que, desde 2015, tais processos não melhoraram ou, até, pioraram. Em relação ao tempo de avaliação, notou-se uma maior discordância de que ele teria encurtado nos últimos cinco anos (Burton *et al.*, 2024), reforçando a necessidade de uma análise constante do tempo de avaliação.

Para os editores gerais, editores associados e equipes editoriais, os resultados desta pesquisa servem de alerta para a implantação de novas práticas editoriais, ou de ajustes nas antigas, a fim de que prazos de avaliação sejam otimizados. Os achados, juntamente ao debate com a literatura prévia e ao Referencial Teórico, indicam possíveis caminhos para que haja maior eficiência nos fluxos editoriais, tais como a adoção da modalidade *ahead of print*, seleção adequada dos revisores, estruturação de governança para periódicos acadêmicos (ex.: conselhos e comitês editoriais), criação de editores associados e diluição de tarefas, dentre outras práticas possíveis.

Para reguladores e políticos educacionais, propõe-se que os prazos de avaliação passem a ser um dos critérios de avaliação das revistas. Os editores alimentariam o banco de dados com as datas das submissões para que a Capes pudesse calcular os prazos médios, ou medianos, para avaliar a qualidade e eficiência dos periódicos. Isto fomentaria maior transparência do fluxo editorial por parte dos periódicos e penalizaria aqueles que não se atentarem aos prazos. Resultados de pesquisas, tanto nacionais ou internacionais, sustentam que os prazos de avaliação chegam a ser de anos (Clemente *et al.*, 2018; Ellinger *et al.*, 2023). Isto não somente é

problemático para fins de tempestividade, como também pode representar um desrespeito com os autores dos trabalhos. Ao ser incluído como critério de avaliação do periódico, os editores, supostamente, prestariam maior atenção ao prazo de revisão de suas submissões.

Finalmente, como contribuição social, a presente pesquisa funciona como um mecanismo de controle social sobre os periódicos no que tange aos prazos de avaliação. Embora o fluxo editorial dependa de diversos fatores e agentes (principalmente de editores, autores e revisores), prazos excessivos para revisões de artigos devem ser questionados. Ao encorajar maior celeridade, mas sem perda de qualidade, dos processos de avaliação dos periódicos, esta pesquisa colabora para a construção de uma comunidade contábil que socializa os seus trabalhos de forma mais tempestiva, respeitosa e útil aos distintos stakeholders que fazem uso destes. Logo, autores, revisores e editores devem cumprir seus papéis para que o fluxo editorial ocorra de modo satisfatório para todas as partes e que os maiores beneficiados sejam o público-leitor e a sociedade, de forma geral, ao extraírem informações e tomarem decisões tendo como sustentação as pesquisas contábeis publicadas oportunamente.

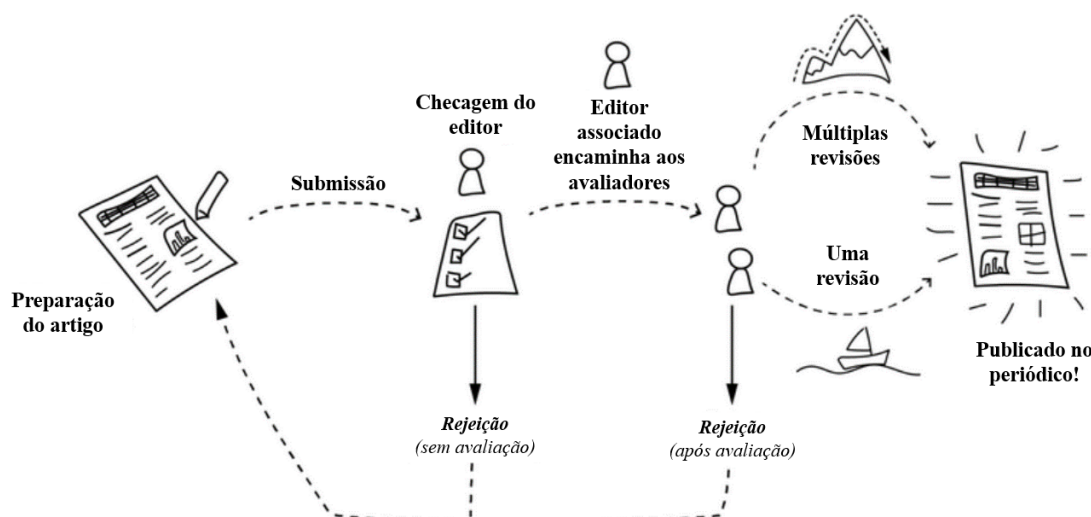
2 Referencial Teórico

2.1. Fluxo Editorial e Processo de Avaliação

Ainda que exista variação, um típico fluxo editorial inclui as etapas retratadas na Figura 1 (Lewis *et al.*, 2022). Após a sua preparação, o manuscrito é submetido ao periódico desejado. A recepção da submissão é feita pelo editor, o qual realiza uma conferência inicial das formalidades e requerimentos mínimos, tais como aqueles associados à estrutura, ao escopo e ao conteúdo do trabalho (Lewis *et al.*, 2022). Esta etapa é comumente chamada de *desk review*. Caso o manuscrito não atenda às expectativas editoriais preliminares, o editor pode decidir por rejeitá-lo (*desk rejection*) sem que haja qualquer avaliação por revisor especialista. Se isto levar somente alguns dias, os autores podem encaminhar o manuscrito a outro periódico sem grandes prejuízos. Contudo, os editores podem levar semanas ou até meses para fornecer a *desk rejection*, o que sinaliza uma organização menos eficiente do fluxo editorial (Huisman & Smits, 2017).

Figura 1

A jornada do manuscrito através do processo de avaliação



Nota: Traduzido e adaptado de Lewis *et al.* (2022).

Em caso de aprovação na etapa de *desk review*, o manuscrito é repassado ao editor associado – quando houver – que, por sua vez, encaminha o manuscrito aos revisores especialistas. A seleção dos revisores

deve ser feita de forma a permitir que um apropriado feedback seja fornecido aos autores e editores em prazos razoáveis. É uma tarefa que está cada vez mais difícil, pois os avaliadores declinam os convites de revisão em função, por exemplo, da falta de reconhecimento do trabalho de avaliação e da exaustão (Candal-Pedreira *et al.*, 2023).

Apesar disso, a literatura sugere critérios para a seleção dos avaliadores. Cengher e LeBlanc (2024a) entendem que a alta expertise, o histórico de boas avaliações e a escrita de revisões construtivas/respeitosas são características cruciais para a seleção dos avaliadores. As principais recomendações aos avaliadores são: honrar a responsabilidade de revisar; conhecer a sua audiência; ser construtivo e gentil; avaliar cuidadosamente os méritos dos manuscritos e de forma tempestiva (Cengher & LeBlanc, 2024b; Moizer, 2009).

Com base nos relatórios de avaliação, o editor e/ou editor associado toma(m) uma decisão sobre o manuscrito. Se reprovado, o fluxo editorial é encerrado e os autores são comunicados. Em caso de continuidade, uma ou mais rodadas de revisão podem ser demandadas até a aprovação da versão final do manuscrito, que culmina na sua publicação. Segarra-Saavedra *et al.* (2023) apontam que a maioria dos autores experiencia a dificuldade e complexidade associadas ao tempo e esforço requeridos pelas rodadas de revisão. Ainda, ressalta-se que se os autores não realizarem os ajustes ou não fornecerem respostas satisfatórias durante as rodadas de revisão, o manuscrito pode ser rejeitado (Lewis *et al.*, 2022).

Apesar de suas limitações, a avaliação por pares é o melhor “guardião” de uma ciência produzida com rigor (Mrowinski *et al.*, 2016; Shopovski *et al.*, 2021). Sua definição envolve submeter o trabalho de um autor ao julgamento de outros experts da área (Cengher & LeBlanc, 2024b). Adicionalmente, é desenhada para avaliar a validade, qualidade, significância e originalidade do trabalho sob revisão (Zhang *et al.*, 2023), resultando em um debate intelectual entre autores, revisores e editores (Segarra-Saavedra *et al.*, 2023). Conforme discutido, a etapa de avaliação representa parte substancial do fluxo editorial e a sua duração passou a ser de interesse de múltiplos agentes acadêmicos. Por exemplo, Mrowinski *et al.* (2016) descrevem que diversos periódicos enalteciam os seus prazos de avaliação com o propósito de atrair submissões.

Diversas variáveis afetam os prazos de avaliação, tais como o número de revisores, a área de conhecimento, a atratividade do tema e fatores socioeconômicos (Huisman & Smits, 2017; Moizer, 2009; Mrowinski *et al.*, 2016; Zhang *et al.*, 2022, Zhang *et al.*, 2023). Posto que revisores estão usualmente sobrecarregados com atividades acadêmicas, que em geral não são remunerados financeiramente e que as suas avaliações são anônimas, há poucos incentivos para dar prioridade à tarefa de revisar manuscritos (Huisman & Smits, 2017; Moizer, 2009).

Da mesma forma, Mrowinski *et al.* (2016) percebem que tem sido mais desafiador encontrar revisões boas e tempestivas à medida que o número de submissões aumenta e a quantidade de revisores é restrita, além da recusa de convites de avaliação em virtude da falta de reconhecimento e fadiga dos revisores (Candal-Pedreira *et al.*, 2023). Em contraste, Zupanc (2024), com dados editoriais do Journal of Comparative Physiology, não encontrou evidências de que mais convites a avaliadores foram necessários, de que o prazo de avaliação tenha aumentado, de que o número de revisores que fizeram as avaliações, relativos ao número de revisores que aceitaram avaliar, reduziu e de que o comportamento das recomendações dos avaliadores mudou. Entretanto, observou-se que o número de revisores que entregaram as avaliações em atraso quase dobrou.

O tema de pesquisa também pode influenciar o prazo de avaliação. Zhang *et al.* (2023), por exemplo, constataram que há uma relação negativa entre a duração da avaliação e o Altmetric Attention Score (AAS), o qual mede a atratividade de manuscritos. Deste modo, temas mais atrativos possuem menor tempo de avaliação. Outro exemplo é o da necessidade de informação durante situações atípicas. Para trabalhos envolvendo a COVID-19, Kun (2020) reporta que os tempos medianos de artigos acadêmicos, estudos de caso e outros tipos de publicação foram de, respectivamente, três, quatro e dois dias. Alguns foram, inclusive, aceitos no mesmo dia em que foram recebidos pelo periódico (Kun, 2020). Em adição, Schonhaut *et al.* (2022) compararam o tempo de avaliação de pesquisas sobre COVID-19 e um tópico similar (i.e., influenza) e observaram que a velocidade de aprovação de artigos sobre COVID-19 era 11,5 vezes mais rápida do que de artigos sobre influenza. Schonhaut *et al.* (2022) ainda advertem que o alto número de aprovação de artigos

dentro de um dia ou de uma semana e a quantidade de retratações e retiradas de artigos sobre COVID-19 são um sinal de alerta acerca da possível falta de controle de qualidade no processo de publicação científica.

Na área de Contabilidade, a celeridade das avaliações teve o efeito inverso, sendo que houve aumento nos prazos médios de avaliações (Montenegro *et al.*, 2024). Nesse caso, a análise foi feita sobre a avaliação em geral no período de pandemia, e não sobre pesquisas sobre o tema de COVID-19. O fato pode ser explicado pela teoria da contingência e muito em virtude de que a área não apresenta pesquisas de saúde efetivamente relacionadas à pandemia.

Nesse sentido, observa-se que o prazo de avaliação adequado não é o mais curto e, tampouco, o mais longo. Prazos rápidos demais podem indicar uma falta de cuidado e rigor, como advertido por Schonhaut *et al.* (2022). Da mesma forma, um prazo muito extenso – que pode chegar a anos (Ellinger *et al.*, 2023) – tende a reduzir a relevância e a oportunidade das pesquisas. Um “termômetro” a ser usado pelos periódicos é a visão dos autores, os quais se mostraram satisfeitos ao receber a primeira decisão em até 30 dias (Ware & Mabe, 2015). Na área de Contabilidade, os autores ainda parecem não estar satisfeitos com o processo editorial e, particularmente, com os prazos de avaliação (Burton *et al.*, 2024). No Brasil, pesquisas contábeis desta natureza permanecem escassas e, portanto, são encorajadas.

Algumas formas inovadoras de tornar o processo de revisão mais eficiente já estão sendo debatidas, testadas e implementadas, como é o caso da IA e da aprendizagem de máquina (Fiorillo & Mehta, 2024; Garcia, 2024; Kousha & Thelwall, 2024). Enquanto Kousha e Thelwall (2024) indicam que a IA, em seu atual estado, parece não ser capaz de realizar revisões de artigos acadêmicos e que mais testes são necessários, Fiorillo e Mehta (2024) mostram relatórios de avaliação criados por IA que trazem aspectos que tipicamente passariam despercebidos pelo olho humano.

À medida que a IA é incorporada aos distintos espaços, a sua adoção por periódicos parece ser uma questão de tempo, mas há que se reconhecer a importância de estabelecer diretrizes para o uso da IA, bem como defende o seu uso para elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, a manutenção do sistema convencional para preservar o padrão de rigor e integridade das pesquisas (Garcia, 2024).

2.2. Sistema de Classificação dos Periódicos e Resultados da Área Contábil

A qualidade dos periódicos também representa um fator-chave quando da expectativa de prazos de avaliação. Uma vez que o tempo de avaliação é um indicador de eficiência do processo editorial (Mrowinski *et al.*, 2016), presume-se que periódicos de maior prestígio são mais eficientes em seus processos de avaliação. Todavia, Segarra-Saavedra *et al.* (2023) não encontraram relação entre a agilidade e a qualidade dos periódicos e sugerem que periódicos melhores indexados tendem a receber um maior volume de manuscritos em decorrência do interesse acadêmico de obter maior valor nos sistemas de acreditação e pontuação.

Além disso, Azar (2005) observa que a redução do tempo consumido para a primeira decisão após a avaliação por pares poderia ser prejudicial porque elevaria a quantidade de submissões de artigos de baixa qualidade aos periódicos de alto impacto, o que aumentaria a carga de trabalho para revisores e editores sem que houvesse um benefício substancial da qualidade das pesquisas submetidas.

No Brasil, o atual sistema de classificação dos periódicos é definido e administrado pela Capes. Até 2024, compreendia nove categorias (denominadas de Qualis): A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C. O Qualis A1 é o de maior prestígio e o C é o de menor. O último evento de classificação foi o quadriênio 2017-2020. Frisa-se a categoria B5 foi desconsiderada no último evento de classificação. Portanto, nenhum periódico foi identificado como B5 em 2017-2020. Em contrapartida, houve a criação de duas novas categorias (A3 e A4).

O Qualis é usado para diversos fins, incluindo a pontuação de candidatos em processos seletivos e concursos públicos, a pontuação da produção científica de docentes e discentes para a formação dos conceitos de seus PPGs *stricto sensu*, a pontuação da produção científica e curricular para obtenção de financiamento via editais de agências de fomento e a conferência de prêmios e bonificações a pesquisadores. Além disso, o

Qualis está correlacionado a métricas internacionais de qualidade dos periódicos, como o Scopus e JCR (Capes, 2019, 2021).

Ainda que o Relatório de Avaliação o Relatório do Qualis (Capes, 2019, 2021) não mencionem o prazo de avaliação e a divulgação das datas do fluxo editorial como critérios para classificar os periódicos, entidades acadêmicas, como a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD), possuem manuais de boas práticas que fazem recomendações de divulgação de tais dados nos artigos (ANPAD, 2017). Tal divulgação busca fortalecer os pilares da transparência e da agilidade dos periódicos. O manual da ANPAD, por exemplo, recomenda que a etapa de *desk review* seja feita em até 30 dias da submissão e a decisão da primeira rodada de avaliação seja informada aos autores em até 120 dias. Da mesma forma, indica-se que a política de publicação avançada – também denominada de *ahead of print first* – seja adotada pelos periódicos com o intuito de promover maior agilidade no acesso ao conhecimento contido nos artigos aprovados.

Como visão prospectiva no Brasil, notam-se informações tanto da avaliação do quadriênio 2021-2024 dos PPGs (Capes, 2025a, 2025b) como também da avaliação dos periódicos (Capes, 2024). O Qualis Capes, no formato de estratos dos periódicos, será aplicado até 2024. No ciclo de 2025 a 2028, uma nova sistemática entrará em vigor, conforme decisão do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTE-ES) (Capes, 2024). Esta sistemática irá focar na classificação dos artigos publicados, em vez dos periódicos (veículo da publicação). Desta sorte, os periódicos deixaram de ter um estrato Qualis a partir de 2025.

Três procedimentos foram definidos, até o presente momento, para a classificação das publicações científicas, sendo que cada uma das 50 áreas de avaliação da Capes poderá escolher um procedimento, ou uma combinação deles, para qualificar as publicações (Capes, 2024): (a) o primeiro procedimento se refere à classificação por indicadores bibliométricos dos veículos de publicação. Isto é, tem fundamento na performance da revista, como vem sendo tradicionalmente feito, só que a classificação recairá sobre o artigo; (b) o segundo procedimento diz respeito à extração dos indicadores diretamente do artigo em si, sejam quantitativos (ex.: índice de citações, quantidade de downloads, quantidade de visualizações/visitas etc.) ou qualitativos (ex.: se é de acesso aberto ou fechado, se atende ou não aos critérios de indexação); (c) o terceiro procedimento corresponde à análise qualitativa dos artigos baseada em fatores e metodologias determinadas pela área de avaliação. A análise da pertinência do tema, o avanço conceitual e a contribuição científica do artigo podem ser alvos destes critérios qualitativos de avaliação.

Esta mudança na forma de avaliação da produção científica surge a partir de críticas do sistema Qualis (Salomão & Santos, 2025), no qual o foco era a reputação do periódico. Uma das justificativas para a nova sistemática é que era necessário valorizar mais os aspectos intrínsecos do artigo na sua individualidade (Salomão & Santos, 2025). O reconhecimento dos méritos do artigo parece ser uma avaliação mais justa e personalizada. Apesar disso, o novo sistema também não é isento de críticas.

Deste contexto, emergem alguns questionamentos: quem é o avaliador que fará as qualificações dos artigos? Haverá mais de um avaliador? O que ocorre quando houver discordância entre avaliadores, especialmente em relação aos critérios subjetivos (ou qualitativos)? O avaliador terá que qualificar todos os artigos já produzidos até então ou só aqueles publicados a partir de 2025? Quais serão os parâmetros específicos para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo? As avaliações dos artigos serão comparáveis? Como as novas avaliações dos artigos pontuarão para fins de concursos públicos, processos seletivos de PPGs e atribuição de bolsa produtividade? Qual é a escala de pontuação da nova sistemática? A escala será quantitativa (ex.: nota de 0 a 10) ou qualitativa (ex.: conceitos A, B, C e D)? Ou ambas? Diante destes questionamentos, é preciso que autores, revisores e editores se preparem para as novidades que estão por vir.

Uma vez que os critérios de avaliação dos artigos mudarão a partir de 2025, pode ser que o prazo de avaliação seja considerado como um critério de qualidade. Conforme discutido, temas mais atrativos normalmente possuem prazos de avaliação menores. Os achados da pesquisa de Zhang *et al.* (2023) corroboram esta afirmação ao constatar uma relação negativa entre o tempo de avaliação e o AAS (medida de

atratividade dos manuscritos). Artigos cujos temas sejam sobre ESG, sustentabilidade e uso de IA na Contabilidade podem ser aprovados mais rapidamente do que outros. Um prazo de avaliação mais curto poderia sugerir que a temática é atrativa e que a informação contida no artigo precisa ser publicizada mais rapidamente. Artigos cujos prazos sejam mais longos podem denotar temas menos atrativos. Intervalos de tempo (métrica qualitativa) também poderiam ser adotados para fins de classificação do artigo.

Na literatura contábil, observam-se estudos correlatos que tiveram o tempo de avaliação como objeto de investigação. Adler e Liyanarachchi (2011) aplicaram questionários com autores que tiveram artigos publicados em, pelo menos, um dos 38 periódicos contábeis investigados no biênio 2004-2005. Os resultados indicaram que a maioria dos periódicos demorou mais de três meses para realizar a avaliação inicial das submissões, mas o prazo da avaliação das ressubmissões foi, em geral, abaixo de três meses. Tanto o prazo da avaliação inicial quanto o da ressubmissão foram considerados aceitáveis pelos autores, sendo que a maioria dos periódicos demorou entre três meses e um ano para publicar os artigos.

Em outro estudo, Espejo *et al.* (2013) avaliaram artigos de periódicos dos PPGs em Contabilidade de 2009 e 2010, além de conduzirem uma análise de conteúdo dos currículos Lattes dos autores e questionários com docentes destes PPGs. No que diz respeito ao tempo de avaliação, constatou-se que o prazo solicitado pelos revisores é superior – em algumas ocasiões – ao definido pelos editores, o que leva a indícios de que atrasos na entrega das avaliações podem ocorrer e pode haver sobrecarga de trabalho de revisores.

Com o objetivo de analisar os fatores que influenciam o prazo de avaliação, Coelho, Hammes, Santos e Flach (2018) realizaram pesquisa em 1.454 artigos de 17 periódicos contábeis, classificados de B2 a A2 (quadriênio 2013-2016). Os achados indicaram um prazo médio de 254 dias da data de submissão à data de aprovação. O valor máximo foi de 1.220 dias e dois artigos foram publicados no mesmo dia em que foram submetidos. Ainda, verificou-se que os prazos de avaliação dos periódicos brasileiros eram superiores aos do Journal of Accounting and Economics, o qual deve ser tomado como benchmark, de acordo com os autores.

Coelho, Hammes, Santos, Petri *et al.* (2018), usando os mesmos dados de Coelho, Hammes, Santos e Flach (2018), examinaram os prazos de avaliação dos periódicos da área contábil. Com base em histograma, observou-se, por exemplo, que 147 artigos foram aprovados em até 60 dias da data de submissão, 245 (pico) foram aprovados de 61 a 120 dias e 239 foram aprovados de 121 a 180 dias. Os periódicos Contabilidade Vista & Revista e BASE foram os que apresentaram o maior prazo médio, com 511 e 463 dias, respectivamente. Por outro lado, a Revista Catarinense da Ciência Contábil e a Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade obtiveram os menores prazos médios, sendo 153 e 160 dias, respectivamente. Constatou-se, também, que quanto maior o Qualis, maior é o prazo médio (A2=304,29 dias, B1=300,8 dias e B2=165,11 dias).

De forma mais recente, Montenegro *et al.* (2024) analisaram pesquisas publicadas na área de 2019 a 2022, totalizando 2.290 artigos, e identificaram que houve aumento no prazo de avaliação durante o período de pandemia. Além do prazo que já era visto como extenso, os artigos tiveram um prazo majorado em 47%. Esse aumento pode comprometer a originalidade e relevância das pesquisas na área.

3 Procedimentos Metodológicos

A fim de cumprir o objetivo proposto, o sítio eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) foi acessado para obter a lista dos periódicos contábeis, na qual constavam 36 periódicos listados. O período temporal definido para esta investigação abrangeu o intervalo de 2000 a 2022, totalizando 23 anos, enquanto a construção do banco de dados e a coleta de dados foram realizadas de abril de 2023 a fevereiro de 2024. A Tabela 1 mostra a relação dos periódicos e a composição da amostra.

Tabela 1

Composição da amostra de periódicos e artigos

Nome	Sigla	Artigos totais	Com erro	Sem data	Amostra final	%
Advances in Scientific and Applied Accounting	ASAA	280	1	15	264	94,3%
BASE (UNISINOS)	BASE	429	1	-	428	99,8%
Brazilian Business Review	BBR	525	-	19	506	96,4%
CAP Accounting and Management	CAP	177	2	83	92	52,0%
Contabilidade em Texto	ConTexto	329	1	171	157	47,7%
Contabilidade Vista & Revista	CVR	499	3	119	377	75,6%
Contabilidade, Gestão e Governança	CGG	424	1	82	341	80,4%
Contextus – Revista de Economia e Gestão	Contextus	356	1	75	280	78,7%
Custos e @gronegocio Online	CAO	1.012	7	30	975	96,3%
Pensar Contábil	PC	455	1	103	351	77,1%
Práticas em Contabilidade e Gestão	PCG	152	-	21	131	86,2%
Revista Ambiente Contábil	RAC	403	2	35	366	90,8%
Revista Brasileira de Contabilidade	RBC	801	1	705	95	11,9%
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	RBGN	535	-	34	501	93,6%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	RCCC	394	2	64	328	83,2%
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	RCF	555	9	32	514	92,6%
Revista Contemporânea de Contabilidade	RCC	447	1	4	442	98,9%
Revista da Associação Brasileira de Custos	ABCustos	287	-	13	274	95,5%
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	RAC-FAT	203	1	198	4	2,0%
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	RACE	430	1	22	407	94,7%
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	RACEF	240	-	76	164	68,3%
Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	REUNIR	273	9	35	229	83,9%
Revista de Contabilidade da UFBA	RCU	311	49	73	189	60,8%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	RCMCC	389	5	109	275	70,7%
Revista de Contabilidade e Controladoria	RC&C	319	-	23	296	92,8%
Revista de Contabilidade e Organizações	RCO	313	2	1	310	99,0%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	REPEC	380	1	84	295	77,6%
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	GeCont	135	3	4	128	94,8%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	RGFC	280		77	203	72,5%
Revista de Informação Contábil	RIC	302	6	149	147	48,7%
Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis	Sinergia	184	-	64	120	65,2%
Revista Enfoque: Reflexão Contábil	Enfoque	400	2	91	307	76,8%
Revista Evidenciação Contábil	REC	214	1	2	211	98,6%
Revista Mineira de Contabilidade	RMC	458	-	295	163	35,6%
Revista Universo Contábil	RUC	538	2	-	536	99,6%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	SCG	383	5	15	363	94,8%
Total	-	13.812	120	2.923	10.769	78,0%

De forma preliminar, observou-se que a quantidade de artigos publicados é heterogênea entre os periódicos, com a Revista Custos e @gronegocio Online liderando com 1.012 artigos totais e a Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI apresentando 135 artigos publicados. Tal disparidade sugere uma diferença na capacidade ou na estratégia editorial entre os periódicos, mas pode ser influenciada por diferentes fatores, como a idade do periódico e a sua classificação Qualis.

O processo de coleta de dados consistiu na coleta manual de cada edição e artigo individualmente, com o registro das informações gerais do artigo e daquelas relacionadas às datas do fluxo editorial, como as

datas de submissão e as datas de aceite das pesquisas. Os dados foram estruturados em planilha MS Excel. Após o preenchimento do banco de dados, obteve-se um total de 13.813 (100,00%) artigos tabulados. Ademais, houve exclusão de artigos com erros e sem datas, nas quantidades de 120 (0,87%) e 2.923 (21,16%), respectivamente. Artigos com erro foram os registros inconsistentes ou com erros em datas, incluindo exemplos como artigos que apresentavam datas inexistentes ou datas com erros de digitação (por exemplo, 22/052/2015). Também houve casos em que a data de submissão era posterior à data de aceite. Além disso, houve casos em que as datas foram apresentadas no formato mês/ano. Nesses casos, optou-se pela escolha de atribuir o primeiro dia do mês como data padronizada para fins de análise e comparação.

Apesar de o Manual de Boas Práticas da ANPAD indicar que as revistas publiquem as informações do histórico de tramitação editorial (datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no site) de cada artigo (ANPAD, 2017), observou-se o percentual de 21,16% de artigos publicados sem tais informações.

Fazem parte da amostra final, portanto, 10.769 artigos publicados em 36 diferentes periódicos. Apesar de a amostra representar 78% do total, entende-se que foram analisados 100% dos artigos válidos, já que os dados não presentes eram essenciais para a análise dos resultados. Este número é materialmente superior ao de estudos correlatos (Coelho, Hammes Junior, Santos, & Flach, 2018; Coelho, Hammes Junior, Santos, Petri, *et al.*, 2018a; Dias *et al.*, 2011; Espejo *et al.*, 2013). Por fim, a coluna percentual demonstra a qualidade dos dados nas revistas, variando de uma apresentação de apenas 2% dos dados nos artigos publicados até quase a completude. Além destas informações, os estratos Qualis compuseram o banco de dados e foram obtidos da Plataforma Sucupira, abrangendo os períodos disponíveis de 2010-2012, 2013-2016, 2017-2020 e 2021-2022, conforme Tabela 2.

Tabela 2

Relação de Qualis dos periódicos considerados na pesquisa

Qualis	Quantidade de Revistas					Quantidade de Artigos					Total
	2000-2009	2010-2012	2013-2016	2017-2020	2021-2022	2000-2009	2010-2012	2013-2016	2017-2020	2021-2022	
A1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A2	-	2	8	4	-	-	114	826	530	-	1.470
A3	-	-	-	15	-	-	-	-	1718	-	1.718
A4	-	-	-	6	-	-	-	-	541	-	541
B1	-	7	6	5	-	-	534	732	379	-	1.645
B2	-	8	6	3	-	-	348	492	169	-	1.009
B3	-	8	6	2	-	-	290	508	102	-	900
B4	-	4	6	1	-	-	113	368	28	-	509
B5	-	3	3	-	-	-	-	89	-	-	89
C	-	1	1	-	-	-	15	-	-	-	15
N/A	30	3	-	-	36	1.273	-	-	-	1.600	2.873
Total	30	33	36	36	36	1.273	1.414	3.015	3.467	1.600	10.769

Nota. Os estratos A3 e A4 foram iniciados no quadriênio 2017-2020. A classificação Qualis de 2021 em diante ainda não está disponível no presente momento (agosto de 2024).

A Tabela 2 apresenta a relação Qualis dos periódicos ao longo dos anos de 2000 a 2022, com a distribuição dos 10.769 artigos válidos e a quantidade de revistas segundo a sua classificação Qualis, que varia de A1, o maior nível, até C, o menor, e inclui a categoria N/A para “não aplicável”, incluindo as revistas que têm sua data de criação subsequentemente aos intervalos temporais referidos ou em anos em que a classificação Qualis não está disponível. Ressalta-se que foram utilizadas apenas as classificações disponíveis no sítio eletrônico oficial da Capes, compreendendo, portanto, os períodos de 2010 a 2020. Enfatiza-se, também, que houve uma modificação nas categorias no último evento de classificação – ou seja, no quadriênio 2017-2020 – com a inserção dos estratos A3 e A4 e exclusão do extrato B5.

Observa-se um aumento no número total de artigos publicados ao longo dos intervalos, com pico em 2017-2020, indicando um crescente interesse e produção científica na área contábil. Da mesma forma, indica-se uma predominância de artigos nas categorias A3 e B1. Do total de artigos publicados, 2.873 foram classificados como “não aplicáveis”, representando a maioria numérica quando comparados ao total daqueles que receberam classificação da Capes. A categoria C, considerada a de menor prestígio, apresenta a menor quantidade de artigos.

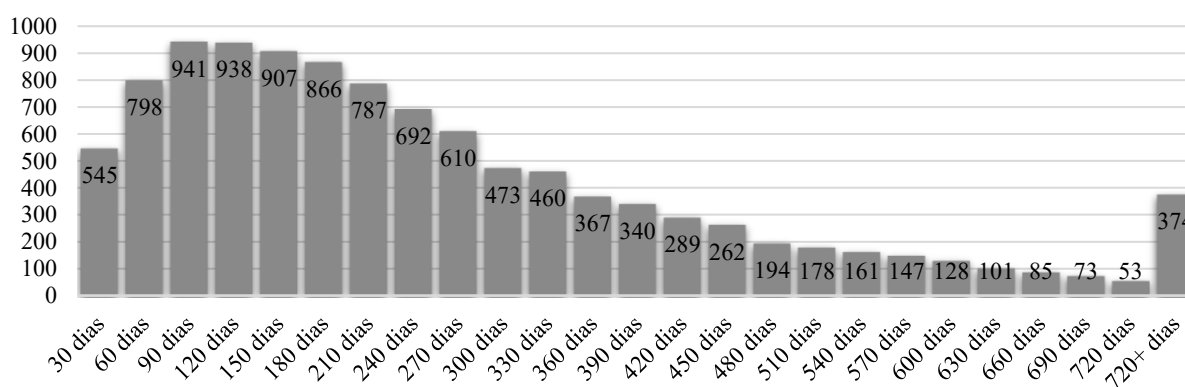
Por fim, foram realizados cálculos da duração dos processos de avaliação dos artigos que possuíam os dados completos ($n=10.769$). Neste sentido, a variável de prazo foi obtida por meio do cálculo, em dias, da diferença entre a data de aceite e a data de submissão. Com base nisso, análises descritivas e testes não-paramétricos foram realizados e discutidos à luz das boas práticas editoriais e da literatura. As análises foram realizadas com o auxílio do MS Excel e Stata v.14.

4 Resultados e Análises

A Figura 2 apresenta um histograma com a quantidade de artigos por prazo de avaliação. Com exceção da última coluna, que são todos os artigos cujos prazos de avaliação ultrapassaram 720 dias (2 anos comerciais), o restante está dividido em um período de 30 dias. Nota-se que 545 artigos foram avaliados em até de 0 a 30 dias, 798 de 31 a 60 dias, 941 de 61 a 90 dias e 938 de 91 a 120 dias.

Figura 2

Quantidade de artigos por prazo de avaliação



Conforme o Manual da ANPAD (ANPAD, 2017), a resposta da primeira rodada de avaliação deve ser fornecida em até 120 dias. Considerando todos os artigos que levaram de 0 a 120 dias ($n=3.222$), a sua representatividade é de 29,9% do total. O pico é alcançado de 61 a 90 dias ($n=941$), seguido do período de 91 a 120 dias ($n=938$). Este achado é consistente com Coelho, Hammes, Santos, Petri et al. (2018), em que se observou o pico no período de 61 a 120 dias. Ware e Mabe (2015), semelhantemente, observaram um prazo médio de três meses.

Por outro lado, houve 374 artigos que foram avaliados em um período superior a 720 dias (dois anos). Este achado pode ser considerado negativo, pois denota que o processo de avaliação é lento e que a tempestividade dos resultados do artigo pode ter sido diminuída. Ellinger *et al.* (2023) relatam que algumas de suas submissões demoraram uns dois anos para serem avaliados. Principalmente em uma era dinâmica – em que a informação é gerada, transmitida e obtida rapidamente –, uma demora de dois anos para aprovar um artigo pode fazer com que o tópico de pesquisa tenha sua relevância decrescida. Mais do que isso, um prazo excessivo pode ser desrespeitoso com os autores que submeteram a pesquisa, conforme indica um dos participantes do trabalho de Clemente *et al.* (2018). Portanto, os periódicos devem se comprometer com prazos de avaliação razoáveis. Considerando os artigos cujos prazos de avaliação são de 361 dias em diante

(n=2.385), observa-se que a sua representatividade é de 22,1% do total. Isto é, quase um quarto dos artigos publicados em periódicos de Ciências Contábeis apresentam prazos extensos para serem avaliados.

Segarra-Saavedra *et al.* (2023) comentam que um longo processo de publicação é um problema geral que tem consequências para o conhecimento científico e para a consolidação de carreiras acadêmicas. Além disso, o atraso na publicação de artigos científicos prejudica o público leitor, visto que as informações não são tempestivas por estarem desatualizadas.

Maggio *et al.* (2020), por exemplo, argumentam que o atraso na publicação de pesquisas na área da saúde pode afetar negativamente os pacientes que se beneficiariam de seus achados. Analogamente, nas Ciências Contábeis, contadores, gestores, tributaristas, analistas financeiros e empresas em geral podem deixar de obter benefícios em virtude de uma demora no processo de publicação. Desta sorte, os periódicos precisam avaliar se a adoção de políticas de publicação avançada (*ahead of print*, *early view* ou *publication first*) é necessária e pertinente ao seu público de leitores. Outra alternativa é a utilização da publicação contínua, de modo que o editor não precisa esperar um conjunto de artigos ser aprovado para lançar uma edição.

De forma complementar, observa-se que alguns periódicos informam o prazo médio, ou mediano, da data de submissão do artigo à primeira decisão (*desk review*). Por exemplo, a *Review of Accounting Studies* (<https://link.springer.com/journal/11142>), editada pela Springer, tem um tempo mediano de oito dias da submissão à primeira decisão (consultado em 11/05/2025). Estas métricas editoriais podem ser adotadas pelos periódicos nacionais de Contabilidade e serem divulgadas na página inicial de seus websites, a fim de fornecer aos pesquisadores e leitores uma maior transparência das práticas editoriais e que isto possa fomentar uma maior eficiência do processo de publicação acadêmica.

Outra prática editorial para trazer maior eficiência e especialização ao fluxo editorial é a adoção de editores associados. A Revista Contabilidade & Finanças (USP) (<https://www.revistas.usp.br/rcf/about/editorialTeam>), por exemplo, possui editores associados para cada linha temática, além de editores associados ad hoc. Outros periódicos contábeis brasileiros podem seguir esta prática editorial para gerir as suas submissões. A adoção de editores associados traz uma maior especialização da avaliação dos artigos e a carga de trabalho não fica concentrada apenas no editor-chefe (ou editor-geral). Isto pode trazer maior celeridade ao fluxo editorial e uma elevação da qualidade das avaliações dos artigos, uma vez que os editores associados selecionam revisores específicos da temática dos artigos submetidos por conhecerem a – e estarem inseridos na – comunidade daquele tema de investigação científica.

Os periódicos também podem querer desenvolver um banco de dados de avaliadores com seus temas ou áreas de especialização. Este banco de dados ajuda a otimizar o tempo e a decisão de seleção de avaliadores ao fazer a correspondência (*matching*) entre o artigo submetido e os avaliadores disponíveis daquela temática. A Revista de Contabilidade da UFBA (<https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/251?video/fortuna+do+batman-4/>, acesso em 12/05/2025), por exemplo, possui uma página da web para o cadastro de avaliadores. Para se tornar avaliador da Revista de Contabilidade da UFBA é necessário ter disponibilidade para avaliar os artigos e possuir produção científica na área de Ciências Contábeis ou correlatas, assim como ser aprovado pelo seu Conselho Editorial.

A Tabela 3 mostra o prazo de avaliação, em dias, por periódico. A revista *Práticas em Contabilidade e Gestão* (PCG) é a que possui o menor prazo médio de avaliação (71,8 dias), seguida da Revista de Administração e Contabilidade da FAT (RAC-FAT) (82,3 dias) e da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) (113,9 dias). Ressalta-se que a RAC-FAT (n=4) teve um número reduzido de artigos incluídos na presente análise. Ademais, embora a RBC seja o mais antigo periódico da área, parte relevante de seus artigos não teve as datas do trâmite editorial divulgadas, impedindo que fosse incluída na análise.

Tabela 3*Prazo de avaliação (em dias) por Periódico da Área de Contabilidade*

Periódico	n	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
ASAA	264	260,9	159,3	19	231,5	1.240
BBR	506	217,4	151,8	4	176	959
CVR	377	368,4	302,8	10	287	1.701
RBGN	501	342,1	181,5	0	313	1.040
RCF	514	251,9	118,6	8	231	792
RCC-UFSC	442	333,7	235,9	0	278,5	1.325
RCO	310	178,1	143,7	6	155,5	928
RUC	536	311,4	219,7	25	267	1.532
BASE	428	367,6	227,4	0	335	1.380
CGG	341	252,3	166,4	4	211	829
CAO	975	350,6	258,9	6	294	3.187
REPEC	295	192,8	152,2	0	147	819
Enfoque	307	202,6	144,7	7	168	875
Pensar	351	140,2	126,7	0	85	654
RCCC	328	121,5	84,9	0	99,5	482
REUNIR	229	289,6	327,4	1	221	3.877
RCMCC	275	202,0	159,9	0	169	915
RGFC	203	154,2	120,1	5	130	663
SCG	363	170,0	144,5	11	132	975
AMBIENTE	366	142,7	86,2	21	123	580
RACE	407	197,8	166,5	0	163	1.038
RACEF	164	365,1	228,5	6	329,5	1.025
RC&C	296	217,0	152,3	1	183	861
RECFIN	211	179,9	134,3	3	150	786
RMC	163	162,8	99,1	18	139	506
CAP	92	128,9	151,1	0	72	904
ConTexto	157	267,1	191,6	7	224	736
ABCustos	274	242,2	218,0	1	211	1.681
RC-UFBA	189	174,9	114,4	4	160	562
RGC-UFPI	128	262,3	279,4	4	171	1.593
SINERGIA	120	158,9	95,0	16	141	506
PCG	131	71,8	62,7	0	55	287
RAC-FAT	4	82,3	42,6	33	83,5	129
RIC	147	539,5	532,3	4	386	2.035
RBC	95	113,9	84,3	3	104	430
Contextus	280	264,3	244,2	0	189	1.129

Nota. Teste de Kruskal-Wallis, $\chi^2 = 1.947,107$, graus de liberdade = 35, $p < 0,01$.

Os periódicos com os maiores prazos médios de avaliação são a Revista de Informação Contábil (RIC) (539,5 dias), a Contabilidade Vista & Revista (CVR) (368,4 dias) e a BASE (367,6 dias). Duas destas são classificadas como A3 no último Qualis. Estes três periódicos apresentaram um prazo médio de avaliação superior a um ano, o que sugere falta de eficiência no processo de revisão. Recomenda-se que suas equipes discutam práticas editoriais capazes de otimizar tais prazos. Tais resultados estão alinhados aos de Coelho, Hammes, Santos, Petri *et al.* (2018), os quais constataram que a CVR e BASE apresentaram os maiores prazos médios. O teste de Kruskal-Wallis apontou que há diferença significativa ($p < 0,01$) entre os tempos medianos

dos periódicos, o que é compatível com a análise descritiva, que mostra distintos prazos medianos e sugere que o processo de avaliação dos periódicos não é tão padronizado quanto se poderia pensar.

Ainda na Tabela 3, 11 periódicos apresentam as mesmas datas de submissão e de aprovação (0 dias). Nesses casos, é importante refletir sobre o imediatismo da avaliação. Embora a avaliação de um manuscrito possa demorar menos do que um dia – Ware e Mabe (2015), por exemplo, observaram um tempo mediano de cinco horas – é necessário mobilizar dois avaliadores, em caso de *double review*, e um editor no mesmo dia. Ainda assim, avaliações excessivamente rápidas podem levantar suspeitas em relação à sua qualidade, uma vez que o processo avaliativo demanda atenção, cuidado, perspicácia e dedicação por parte dos revisores. É argumentável que melhores avaliações tomem mais tempo (Adler & Liyanarachchi, 2011).

A Tabela 4 reporta o prazo de avaliação, em dias, por estrato Qualis. Frisa-se que nenhum periódico nacional da área contábil é – ou já foi – classificado no Qualis A1. Percebe-se que o Qualis C possui o menor prazo médio (29,0 dias). Uma potencial explicação para este resultado é que periódicos de Qualis C recebem menos submissões por serem menos atrativos para fins de pontuação e qualidade da publicação. Deste modo, a gestão das submissões fica mais fácil por necessitar de menos recursos (menos avaliadores, por exemplo). Salienta-se que somente 15 artigos estão classificados no estrato C, número que é substancialmente menor em comparação com o dos demais estratos. Por ser um estrato de qualidade inferior, periódicos enquadrados no Qualis C tendem a não apresentar as datas do trâmite editorial em seus artigos, o que impediu a sua inclusão na presente análise. O Qualis B3, com 900 artigos analisados, possui o segundo menor tempo médio de avaliação (161,1 dias), seguido do Qualis B2 (185,7 dias), com 1.009 artigos.

Tabela 4
Prazo de avaliação (em dias) por estrato Qualis

Qualis	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
A1	-	-	-	-	-	-
A2	1.470	292,6	198,2	0	251	1.701
A3	1.718	310,8	243,6	0	234,5	3.187
A4	541	240,1	241,7	4	179	3.877
B1	1.645	282,3	218,1	0	222	1.593
B2	1.009	185,7	157,7	0	148	1.129
B3	900	161,1	143,6	0	115	1.089
B4	509	219,9	197,0	0	171	1.681
B5	89	726,3	581,5	9	645	2.035
C	15	29,0	49,4	7	13	203
N/A	2.873	219,2	180,6	0	176	1.892

Nota. Teste de Kruskal-Wallis, $\chi^2 = 841,409$, graus de liberdade = 9, $p < 0,01$.

Em oposição, o Qualis B5, com 89 artigos, é o que apresentou o maior prazo médio de revisão (581,5 dias), seguido dos Qualis A3 (310,8 dias e 1.718 artigos analisados) e A2 (292,6 dias e 1.470 artigos analisados). Estes resultados mostram que a qualidade do periódico nem sempre está relacionado a prazos menores. Por possuírem uma quantidade maior de artigos submetidos, periódicos mais bem avaliados podem demorar mais para fornecer uma decisão, assim como carecem de mais avaliadores. Azar (2005) comenta que um prazo maior para fornecer uma decisão por parte de periódicos mais qualificados pode ser estratégico, uma vez que, caso este prazo fosse reduzido, o aumento das submissões seria mais ainda intenso. Apesar disso, os dados de Adler e Liyanarachchi (2011) não parecem sustentar tal afirmação. Uma alta qualificação do periódico não necessariamente implica em um maior número de submissões.

Em âmbito nacional, há pesquisas que entrevistaram editores para entender que fatores podem influenciar o fluxo editorial. Na pesquisa de Frigeri e Monteiro (2014), foram conduzidas entrevistas com quatro

editores de periódicos em diferentes estratos do Qualis na época (i.e., A2, B2, B4 e B5) e foi reportado que o Qualis exerce influência sobre as práticas editoriais, sendo uma referência nos processos de publicação, de avaliação e de formatação dos artigos pelos periódicos. As equipes editoriais são atentas às exigências do Qualis, como, por exemplo, em relação à endogenia na publicação dos artigos. Um editor teve que negociar a saída de um autor de um dos seus dois trabalhos que seriam publicados em um mesmo dossiê (Frigeri & Monteiro, 2014). Outros requerimentos do Qualis (ex.: 75% dos artigos devem estar vinculados a no mínimo cinco instituições distintas) também devem ser observados para a melhoria da qualificação da revista. Além disso, editores também reportam problemas com o prazo de entrega de avaliações pelos revisores e de correção pelos autores dos trabalhos (Frigeri & Monteiro, 2014). O atraso destes prazos pode acarretar igual atraso na publicação do volume/número da revista, o que a penaliza no Qualis.

Em um outro estudo que envolveu entrevistas semiestruturadas, Karhulahti e Backe (2021) buscaram entender a transparência no processo de revisão por pares. O editor 6 (E6), especificamente, acredita que a divulgação das datas de submissão, avaliação e publicação dos artigos não é uma estatística reveladora para o seu periódico, uma vez que muito desta linha temporal foge do seu controle. Contudo, tal editor reconhece que são informações que fazem parte de uma transparência mais elevada (Karhulahti & Backe, 2021). Este resultado mostra que o fluxo editorial pode ser afetado por diversos atores que o compõe e a demora na publicação dos artigos nem sempre é culpa exclusiva do editor. Pouco se pode fazer em relação aos autores que submetem os artigos, mas os editores podem ser seletivos quanto aos avaliadores.

Cengher e LeBlanc (2024b) e Moizer (2009) recomendam que os revisores sejam selecionados com base em critérios sólidos, tais como no cumprimento da responsabilidade de avaliar trabalhos, na sua capacidade de ser construtivo e gentil, na tempestividade e prazo de entrega da avaliação e no cuidado em examinar os méritos dos manuscritos. Clemente *et al.* (2018) usaram questionários para a coleta de dados para estudar questões éticas dos periódicos contábeis, o qual também trazia uma questão aberta. Um dos participantes reportou que faltava maturidade às avaliações, que eram feitas de modo superficial. Além disso, o mesmo participante também apontou que os prazos de avaliação não eram respeitados e que existia uma tendência a prestigiar os periódicos de estratos superiores, enquanto os de estratos inferiores, que estavam começando o processo, eram desprestigiados pelos, por exemplo, editais de fomento. Um outro participante da pesquisa de Clemente *et al.* (2018) relatou que a demora no retorno chegava a ser desrespeitosa, além da pobreza do feedback das avaliações preliminares. Isto mostra como a seleção dos revisores é crucial para um andamento apropriado do fluxo editorial, assim como para a entrega de avaliações dentro de prazos razoáveis. Ainda, um terceiro participante falou que havia submetido um artigo a uma revista de estrato B1 há três anos e que não tinha recebido resposta (Clemente *et al.*, 2018). É necessário que o editor acesse o sistema da revista regularmente e que faça cobranças quando os revisores violarem os prazos que eles mesmos concordaram em avaliar. Estas práticas ajudam a reduzir a demora do processo de publicação dos trabalhos. Frisa-se que, embora o editor nem sempre tenha culpa integral pela demora na publicação de artigos, ele tem poder para influenciar os prazos das diferentes etapas editoriais de modo significativo.

Ainda em relação à Tabela 4, ressalta-se que a categoria N/A possui parte relevante dos artigos (n=2.873). Tal categoria contempla os artigos publicados em periódicos em que o Qualis ainda não estava vigente ou que ainda não foi definido (ex.: 2021 e 2022). Enfatiza-se que sete categorias possuem zero dias como valor mínimo. Conforme discutido, isto pode ocorrer em função de uma avaliação muito rápida ou de uma falha no controle do trâmite editorial. Periódicos de Qualis A2 e A3 surpreendentemente tiveram ao menos um artigo aprovado no mesmo dia em que foi submetido. O teste de Kruskal-Wallis apontou que há diferença significativa ($p < 0,01$) entre os prazos medianos dos Qualis. Esta evidência sustenta que os prazos não são semelhantes e que o processo avaliativo difere entre periódicos enquadrados em Qualis distintos.

A Tabela 5 mostra os prazos de avaliação dos artigos, em dias, por período de avaliação do Qualis. Ainda que o período de 2000 a 2009 seja o maior, houve um menor número de artigos (n=1.273), em decorrência do baixo número de periódicos e PPGs na época. Com o crescimento dos PPGs e das revistas acadêmicas, houve uma elevação da produção científica, ocasionando maiores prazos de avaliação. De 2000 a 2009, o prazo médio de revisão foi de 157,4 dias. O período de 2013 a 2016 foi o que obteve o maior prazo

médio (277,7 dias). Nota-se que, neste período, o número de trabalhos publicados é 2,13 vezes maior do que o período anterior. No período seguinte (2017-20), houve uma redução no prazo de avaliação, mesmo com um aumento do número de trabalhos ($n=3.467$). Este achado é promissor, pois sugere que os periódicos conseguiram imprimir maior eficiência nos processos avaliativos ao longo do tempo e pode ser consequência do aumento da quantidade de avaliadores em decorrência de mais doutores na área.

Tabela 5

Prazo de avaliação (em dias) por período de avaliação do estrato Qualis

Período	n	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
2000-09	1.273	157,4	135,5	0	120	915
2010-12	1.414	228,0	201,0	0	170,5	1.380
2013-16	3.015	277,7	239,8	0	214	2.035
2017-20	3.467	261,9	222,8	0	204	3.877
2021-22	1.600	268,4	196,2	0	224	1.892

Nota. Teste de Kruskal-Wallis, $\chi^2 = 459,801$, graus de liberdade = 4, $p < 0,01$.

No período 2021-22, vislumbra-se um resultado que pode ser considerado positivo. Foram 1.600 artigos – prazo médio de 268,4 dias – não muito diferente do tempo médio de avaliação do período 2017-20 (261,9 dias). Da mesma forma, enfatiza-se que o desvio-padrão de 2021-22 é menor do que o de 2017-20, indicando que os prazos de 2021-22 estão mais concentrados em torno da média do que estavam em 2017-20. Isto é relevante porque uma parcela maior de artigos demora cerca de nove meses para ser avaliada em 2021-22 do que em 2017-20. Todos os períodos apresentaram ao menos um artigo aprovado no mesmo dia da submissão. De 2017-20, houve um artigo que demorou 3.877 dias para ser aprovado. Isto corresponde a, aproximadamente, 10,6 anos. Este prazo de avaliação parece ser excessivo e sustenta reformulações no periódico. Por fim, o teste de Kruskal-Wallis apontou que há diferença material ($p < 0,01$) entre os prazos medianos dos periódicos quando observados pelos períodos de avaliação do Qualis.

É vital notar que os prazos de avaliação dos artigos dependem de uma série de fatores. Com base em entrevistas e estudo etnográfico, Frigeri e Monteiro (2014) apuraram que a periodicidade da revista é uma dificuldade substancial enfrentada pelos editores, visto que depende de outros atores do campo editorial, tais como avaliadores e autores. Diversos editores mencionam dificuldades em relação ao prazo de entrega da avaliação por revisores e ao prazo de correção por autores (Frigeri & Monteiro, 2014). Por isso, a seleção dos revisores é essencial para que os prazos de publicação sejam cumpridos.

5 Considerações Finais

Objetivou-se identificar os prazos de avaliação dos artigos científicos publicados nos periódicos nacionais da área de Ciências Contábeis de 2000 a 2022. Para tanto, utilizou-se o sítio eletrônico da ANPCONT, resultando na cobertura de 36 periódicos e em uma amostra de 10.769 artigos válidos. Para a análise dos dados, foram utilizados a estatística descritiva, histograma, as tabelas de contingência e os testes não-paramétricos (Kruskal-Wallis). Com base nesta proposta e procedimentos metodológicos, indica-se que o trabalho avança a literatura ao trazer evidências mais abrangentes nos quesitos de periódicos, de artigos, de tempo e de qualificação da produção científica, tornando viável a visualização do panorama das publicações nos periódicos de Contabilidade no Brasil.

Como resultados, destaca-se que a maior parte dos artigos foi revisada de 61 a 90 dias ($n=941$) e de 91 a 120 dias ($n=938$), assim como houve uma grande variação de prazos entre as revistas. Deste modo, recomenda-se que ações sejam tomadas com o propósito de tornar o seu processo de revisão mais eficiente e satisfatório. Ainda, verificou-se que uma classificação maior no Qualis não está necessariamente relacionada

a um prazo menor de avaliação e que, a partir de 2017 os periódicos parecem estar ganhando eficiência, já que houve uma redução do tempo de avaliação mesmo com o aumento de artigos publicados. Por fim, os testes de Kruskal-Wallis foram significantes e sustentam uma heterogenia de prazos medianos dos periódicos, o que indica que os processos de avaliação não são tão padronizados como se poderia pensar.

Os resultados da presente pesquisa desafiam o pensamento intuitivo de que quanto mais alto o estrato Qualis, menor é o prazo de avaliação. Outros fatores podem estar influenciando o processo de revisão dos artigos, tais como a disponibilidade e número de revisores cadastrados nos periódicos. Candal-Pedreira *et al.* (2023) colocam que a falta de reconhecimento do trabalho de avaliação de artigos e a fadiga dos revisores podem contribuir para a recusa das avaliações, bem como para a demora na revisão dos artigos. Isto justifica, ao menos em parte, o prazo de avaliação constatado pela presente pesquisa. Para 29,9% dos artigos, o prazo foi de até 120 dias. Este prazo está dentro do razoável, conforme as boas práticas da ANPAD (ANPAD, 2017), que recomenda que a primeira decisão seja tomada em até 120 dias. Por outro lado, isto significa que 71,1% dos artigos são avaliados em mais do que 120 dias. Esta é uma evidência de que os processos de avaliação e, os fluxos editoriais, dos periódicos contábeis ainda é moroso e carecem de uma maior profissionalização.

A partir de 2025, o prazo de revisão dos artigos pode passar a ser um dos critérios de avaliação da nova sistemática que irá substituir o Qualis Periódicos, que permite o uso de critérios quantitativos e qualitativos (Capes, 2024). Se adotados, os editores, revisores e autores passarão a prestar mais atenção nos prazos de avaliação e correção de seus manuscritos. Como o manual da ANPAD já faz recomendações de boas práticas de publicação com base em prazos, pode ser que a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo os adote como critério de qualificação dos artigos no ciclo de 2025 a 2028. Ressalta-se que o prazo de avaliação e publicação das pesquisas tende a ter influência nos critérios já conhecidos sob a nova métrica de avaliação dos artigos/revistas, já que a rápida circulação das pesquisas tende a ressaltar a contemporaneidade e a disponibilização da pesquisa para a sociedade. Sua disponibilização célere traz maior relevância e chances de citações.

Uma forma de otimizar os prazos é com base no uso da IA. Kousha e Thelwall (2024) mostram que a IA ainda carece de aprimoramentos significativos para serem utilizados como revisores de artigo. Todavia, Fiorillo e Mehta (2024) trazem resultados promissores. Potencialmente, a IA pode começar a ser usada para automatizar a avaliação de aspectos formais dos artigos, como, por exemplo, a correção ortográfica e gramatical do texto e a conferência de citações e referências com base em um determinado estilo (ex.: APA ou ABNT).

À medida que novas versões de IA são lançadas, o seu uso poderá ser considerado para fazer avaliações de artigos. A utilização de IA também pode trazer maior eficiência ao fluxo editorial como um todo. Robôs podem ser criados para automatizar tarefas, tais como identificar uma nova submissão, fazer o download do arquivo e organizá-lo em uma pasta do editor/revista, ler o artigo submetido e sugerir três possíveis avaliadores cadastrados no banco de dados da revista e escrever o e-mail de atribuição do artigo ao revisor, bem como enviar lembretes sobre o prazo de avaliação (para revisores) ou correção (para autores). A otimização destas tarefas ajuda a reduzir ineficiências e, consequentemente, coopera para que os prazos de avaliação e correção sejam atendidos conforme acordado.

Há relevantes implicações aos envolvidos com o processo de publicação. A evidenciação dos periódicos com os menores prazos de avaliação pode ajudar autores a decidirem e direcionarem suas pesquisas, considerando o equilíbrio entre a qualidade da revista e o tempo de revisão. Ainda, revistas com prazos de avaliação superiores podem buscar estabelecer metas de prazos para cada etapa da avaliação a fim de tornar o processo mais estruturado. Por fim, assumindo que o prazo de avaliação é uma medida eficiência (Mrowinski *et al.*, 2016), este trabalho defende que a inclusão do prazo médio de avaliação pode ser considerada como um dos indicadores para categorizar as revistas e os artigos nas avaliações realizadas (i.e Qualis). A Capes, por exemplo, poderia criar um sistema/banco de dados no qual os editores tivessem que alimentar informações sobre os prazos de avaliação de suas submissões (aprovadas e rejeitadas). Este novo sistema poderia ser acoplado à Plataforma Sucupira, na qual os PPGs já alimentam as suas informações do

quadriênio. Isto ensejaria uma melhoria dos controles internos e fomentaria mais transparência por parte dos periódicos, além de servirem de fundamento para tomadas de decisões governamentais nos domínios do ensino e da pesquisa. Por esta razão, o presente trabalho tem potencial para colaborar com normatizadores e com a regulação de publicação acadêmica.

Entende-se que os periódicos carecem de controles internos mais rígidos, que possam registrar com confiabilidade os trâmites do fluxo editorial. O uso de sistemas criados para gerir trabalhos acadêmicos deve ser considerado pelas editoras ao criar, ou manter, os periódicos. Um acompanhamento regular das submissões pelos editores tende a reduzir problemas editoriais e facilitar a identificação de melhorias no fluxo editorial. Além das práticas editoriais discutidas até aqui, ressalta-se o papel da governança dos periódicos acadêmicos. A Revista Contabilidade & Finanças (USP) (<https://www.revistas.usp.br/rcf/about/editorialTeam>), por exemplo, possui um Corpo Editorial Científico composto por cinco integrantes de distintas instituições, bem como um Conselho Editorial que compreende 12 integrantes cujo vínculo institucional contempla instituições nacionais e internacionais (consultado em 11/05/2025). A presença de Conselhos e Corpos Editoriais de membros respeitáveis demonstra a seriedade com que o periódico conduz os seus trabalhos e informa os sistemas de cobrança para o seu aperfeiçoamento contínuo. Os periódicos contábeis nacionais que ainda não possuem uma estrutura de governança podem querer implantá-la a fim de transmitir aos seus stakeholders uma postura ativa na condução do fluxo editorial e um firme compromisso com a publicação de qualidade e tempestiva.

Quanto às limitações da presente pesquisa: (i) os casos “N/A” (não aplicável) representam parcela considerável na análise por estrato Qualis. Isto ocorreu porque a classificação Qualis não está disponível para todos os anos. Foram usadas somente as classificações disponíveis no sítio eletrônico oficial da Capes, compreendendo o período de 2010 a 2020; (ii) a recente alteração nas categorias do estrato Qualis também impactou os resultados. A criação das categorias A3 e A4 no último evento de classificação da Capes, por exemplo, diluiu a quantidade de artigos publicados em função de ter mais categorias de qualificação. Ademais, houve a exclusão da categoria B5, o que torna os resultados desta categoria estáticos a partir da referida alteração; (iii) foram utilizados dados de artigos publicados cujas datas do fluxo editorial estavam disponíveis. Artigos publicados sem tais datas e artigos rejeitados não foram considerados em decorrência da sua inacessibilidade. Apesar disso, a amostra da presente pesquisa considera mais de 10.000 observações, o que é superior ao de estudos semelhantes (Coelho, Hammes, Santos, Petri *et al.*, 2018; Espejo *et al.*, 2013).

É relevante que pesquisas sobre prazos de revisão dos periódicos continuem sendo realizadas como forma de cobrança de publicações tempestivas de qualidade que sejam capazes de contribuir para a teoria e prática da Contabilidade. Deste modo, sugere um estudo que compare os prazos médios de revistas nacionais com os de revistas estrangeiras. Da mesma forma, indica-se uma pesquisa empírica que avalie os fatores que influenciam o prazo de revisão de artigos. Por exemplo, poder-se-ia investigar, com base em entrevistas, como os fatores contextuais e do cotidiano dos periódicos afetam o seu fluxo editorial (e, em especial, o prazo de avaliação), tais como a regularidade temporal com que os editores acessam o sistema da revista, o número de avaliadores cadastrados nos periódicos, as metas de tempo para cada etapa (*desk review*, 1ª rodada, 2ª rodada etc.), a qualidade do periódico (sistema Qualis ou ABS), dentre outros fatores pertinentes.

Referências

- Adler, R., & Liyanarachchi, G. (2011). An empirical examination of the editorial review processes of accounting journals. *Accounting & Finance*, 51(4), 837–867. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2010.00378.x>
- ANPAD. (2017). *Boas Práticas da Publicação Científica*. http://www.anpad.org.br/~anpad/diversos/2017/2017_Boas_Praticas.pdf
- Azar, O. H. (2005). The Review Process in Economics: Is It Too Fast? *Southern Economic Journal*, 72(2), 482–491. <https://doi.org/10.1002/j.2325-8012.2005.tb00714.x>
- Bilalli, B., Munir, R. F., & Abelló, A. (2021). A framework for assessing the peer review duration of journals: case study in computer science. *Scientometrics*, 126(1), 545–563. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03742-9>

- Burton, F. G., Heninger, W. G., Summers, S. L., & Wood, D. A. (2024). Perceptions of Accounting Academics on the Review and Publication Process: An Update and Commentary. *Issues in Accounting Education*, 39(1), 29–45. <https://doi.org/10.2308/ISSUES-2021-085>
- Candal-Pedreira, C., Rey-Brandariz, J., Varela-Lema, L., Pérez-Ríos, M., & Ruano-Ravina, A. (2023). Challenges in peer review: how to guarantee the quality and transparency of the editorial process in scientific journals. *Anales de Pediatría* (English Edition), 99(1), 54–59. <https://doi.org/10.1016/j.anpede.2023.05.006>
- Capes. (2019). *Relatório do Qualis Periódicos - Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-direito-pdf#:~:text=mínimos de artigos de autoria,de autores com título>
- Capes. (2021). *Relatório de Avaliação: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaAdministracao.pdf
- Capes. (2024). *CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>
- Capes. (2025a). *Avaliação Quadrienal 2021-2024*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal>
- Capes. (2025b). *Fluxo de ações para a Avaliação Quadrienal 2021-2024*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/avaliacao-quadrienal-2021-2024-conteudos/fluxo-de-acoes-para-a-avaliacao-quadrienal-2021-2024>
- Cengher, M., & LeBlanc, L. A. (2024a). Editors' perspectives on the selection of reviewers and the quality of reviews. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 57(1), 153–165. <https://doi.org/10.1002/jaba.1033>
- Cengher, M., & LeBlanc, L. A. (2024b). Reviewing manuscripts for behavior-analytic journals: A primer. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 57(1), 71–85. <https://doi.org/10.1002/jaba.1034>
- Clemente, A., Antonelli, R. A., & Portulhak, H. (2018). Ética nos periódicos de contabilidade: a percepção dos professores de mestrado e doutorado do Brasil. *Estudios Gerenciales*, 34(148), 279–291. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2018.148.2642>
- Coelho, G. N., Hammes Junior, D. D., Santos, E. A. dos, & Flach, L. (2018). Benchmarking para periódicos brasileiros de contabilidade: um comparativo com o Journal of Accounting and Economics. *Revista Capital Científico - Eletrônica*, 16(3), 22–35. <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20180018>
- Coelho, G. N., Hammes Junior, D. D., Santos, E. A. dos, Petri, S. M., & Lunkes, R. J. (2018a). Análise dos Prazos de Avaliação de Artigos Científicos dos Periódicos da Área de Contabilidade no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 19(2), 31–43. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n2t03>
- Coelho, G. N., Hammes Junior, D. D., Santos, E. A. dos, Petri, S. M., & Lunkes, R. J. (2018b). Análise dos Prazos de Avaliação de Artigos Científicos dos Periódicos da Área de Contabilidade no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 19(2), 31–43. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n2t03>
- Dias, W. de O., Barbosa Neto, J. E., & Cunha, J. V. A. da. (2011). A comunicação do conhecimento científico: dados sobre a celeridade do processo de avaliação e de publicação de artigos científicos em periódicos da área de Contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(15), 41–62. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2011v8n15p41>
- Ellinger, A. D., Jonsson, P., Chapman, K., & Ellinger, A. E. (2023). The Ideal Review Process Is a Three-Way Street. *Human Resource Development Review*, 22(2), 251–274. <https://doi.org/10.1177/15344843231170030>
- Espejo, M. M. S. B., Azevedo, S. U., Trombelli, R. O., & Voese, S. B. (2013). O mercado acadêmico contábil brasileiro: Uma análise do cenário a partir das práticas de publicação e avaliação por pares. *Revista Universo Contábil*, 41, 06–28.
- Fiorillo, L., & Mehta, V. (2024). Accelerating editorial processes in scientific journals: Leveraging AI for rapid manuscript review. *Oral Oncology Reports*, 10(May), 100511. <https://doi.org/10.1016/j.oor.2024.100511>
- Frigeri, M., & Monteiro, M. S. A. (2014). Qualis periódicos: indicador da política científica no Brasil? *Estudos de Sociologia*, 19(37), 299–315. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6266/>
- Garcia, M. B. (2024). Using AI Tools in Writing Peer Review Reports: Should Academic Journals Embrace the Use of ChatGPT? *Annals of Biomedical Engineering*, 52(2), 139–140. <https://doi.org/10.1007/s10439-023-03299-7>
- Huisman, J., & Smits, J. (2017). Duration and quality of the peer review process: the author's perspective. *Scientometrics*, 113(1), 633–650. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2310-5>

- Humphrey, C., & Gendron, Y. (2015). What is going on? The sustainability of accounting academia. *Critical Perspectives on Accounting*, 26, 47–66. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.09.008>
- Karhulahti, V.-M., & Backe, H.-J. (2021). Transparency of peer review: a semi-structured interview study with chief editors from social sciences and humanities. *Research Integrity and Peer Review*, 6(1), 13. <https://doi.org/10.1186/s41073-021-00116-4>
- Kousha, K., & Thelwall, M. (2024). Artificial intelligence to support publishing and peer review: A summary and review. *Learned Publishing*, 37(1), 4–12. <https://doi.org/10.1002/leap.1570>
- Kun, Á. (2020). Time to Acceptance of 3 Days for Papers About COVID-19. *Publications*, 8(2), 30. <https://doi.org/10.3390/publications8020030>
- Lewis, S. E., Nyachwaya, J., Kahveci, A., Lawrie, G. A., & Graulich, N. (2022). Insights into the manuscript review process viewed as a constructive journey rather than surviving hurdles. *Chemistry Education Research and Practice*, 23(1), 7–11.
- Maggio, L. A., Bynum IV, W. E., Schreiber-Gregory, D. N., Durning, S. J., & Artino Jr., A. R. (2020). When will I get my paper back? A replication study of publication timelines for health professions education research. *Perspectives on Medical Education*, 9(3), 139–146. <https://doi.org/10.1007/S40037-020-00576-2>
- Moizer, P. (2009). Publishing in accounting journals: A fair game? *Accounting, Organizations and Society*, 34(2), 285–304. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2008.08.003>
- Montenegro, A. E. N., Xavier, R. V., Soares, L. A. de C. F., & Lima, M. de S. (2024). Análise do impacto da pandemia da Covid-19 na celeridade dos periódicos da área de ciências contábeis. *Revista Ambiente Contábil*, 16(2), 74–95. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n2id32698>
- Mrowinski, M. J., Fronczak, A., Fronczak, P., Nedic, O., & Ausloos, M. (2016). Review time in peer review: quantitative analysis and modelling of editorial workflows. *Scientometrics*, 107(1), 271–286. <https://doi.org/10.1007/s11192-016-1871-z>
- Ramassa, P., Avallone, F., & Quagli, A. (2024). Can “publishing game” pressures affect the research topic choice? A survey of European accounting researchers. *Journal of Management And Governance*, 28(2), 507–542. <https://doi.org/10.1007/s10997-023-09667-8>
- Salomão, P. E. A., & Santos, A. T. O. (2025). Evolução e desafios na avaliação científica: da classificação de periódicos à qualidade intrínseca dos artigos. *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 1(1), 1–18. <https://doi.org/10.61164/rnm.v1i1.3481>
- Schönhaut, L., Costa-Roldan, I., Oppenheimer, I., Pizarro, V., Han, D., & Díaz, F. (2022). Scientific publication speed and retractions of COVID-19 pandemic original articles. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 46, 1. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.25>
- Segarra-Saavedra, J., Hidalgo-Marí, T., & Tur-Viñes, V. (2023). Editorial time management: Peer review dates and other key dates of Spanish Communication journals. *Learned Publishing*, 36(4), 533–542. <https://doi.org/10.1002/leap.1569>
- Shopovski, J., McGee, R. W., & Hier, D. B. (2021). Editorial Note: Fast Peer Review: A Practice of Predatory Journals or Fair Treatment for Authors? *European Scientific Journal*, ESJ, 17(27), 1–4. <https://doi.org/10.19044/esj.2021.v17n27p1>
- Waltman, L., Kaltenbrunner, W., Pinfield, S., & Woods, H. B. (2023). How to improve scientific peer review: Four schools of thought. *Learned Publishing*, 36(3), 334–347.
- Ware, M., & Mabe, M. (2015). The STM Report: An overview of scientific and scholarly journal publishing. In *The STM Report* (3rd ed.). Copyright, Fair Use, Scholarly Communication, etc. <http://digitalcommons.unl.edu/scholcom/9>
- Zhang, G., Shang, F., Wang, L., Xie, W., Jia, P., Jiang, C., & Wang, X. (2023). Is peer review duration shorter for attractive manuscripts? *Journal of Information Science*, 2, 016555152311743. <https://doi.org/10.1177/01655515231174382>
- Zhang, G., Xu, S., Sun, Y., Jiang, C., & Wang, X. (2022). Understanding the peer review endeavor in scientific publishing. *Journal of Informetrics*, 16(2), 101264.
- Zupanc, G. K. H. (2024). “It is becoming increasingly difficult to find reviewers”—myths and facts about peer review. *Journal of Comparative Physiology A*, 210(1), 1–5.

DADOS DOS AUTORES

Ana Clara Ghesti Dias

Bacharel em Ciências Contábeis (UnB)

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte – Brasília/DF. CEP: 70910-900

Telefone: (61) 98183-6191

E-mail: acghesti@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2357277470490030>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9377-669X>

Eduardo Bona Safe de Matos

Doutor em Controladoria e Contabilidade (PPGCC/FEA/USP)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Universidade de Brasília (UnB)

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte – Brasília/DF. CEP: 70910-900

Telefone: (61) 99822-7895

E-mail: eduardobona@unb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7460796543847826>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9548-7664>

Vitor Hideo Nasu

Doutor em Controladoria e Contabilidade (PPGCC/FEA/USP)

Professor do Colegiado de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procopio

Endereço: PR 160, Km 0 (saída para Leopólis), CEP 860300-000, Cornélio Procopio/PR, Brasil

Telefone: (43) 99668-1740

E-mail: vitor.nasu@uenp.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8721306139850571>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5176-6634>

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Ana Clara Ghesti Dias	Eduardo Bona Safe de Matos	Vitor Hideo Nasu
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X	
2. Definição do problema de pesquisa	X	X	
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	X	X	
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)			
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	X		
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	X	X	X
7. Processo de coleta de dados	X		
8. Análises estatísticas	X	X	X
9. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	X	X	X
11. Revisão crítica do manuscrito		X	X
12. Redação do manuscrito	X	X	X